

## **REQUERIMENTO N° , DE 2017 – CE**

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater o Programa FIES (Fundo de Financiamento Estudantil). Considerando a motivação da audiência requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados:

- Sr. **Silvio de Souza Pinheiro** – Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação, FNDE;
- Sr. **Cláudio de Moura Castro**, economista especializado em educação;
- Representante do Ministério da Educação, MEC;
- Representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, MPOG.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O FIES, principal programa de financiamento de ensino superior do Brasil, foi de grande sonho ao pior pesadelo dos jovens estudantes brasileiros. Resultado de mal gestão e péssimo planejamento financeiro, o programa traz hoje prejuízos bilionários aos cofres públicos, crescentes e ainda não inteiramente calculados, mas que precisam ser trazidas à luz.

É sabido que os governos petistas expandiram o crédito estudantil entre os anos de 2011 e 2014 de maneira irresponsável, sem qualquer critério técnico e sem nenhum acompanhamento sério.

Calcula-se que entre 2010 e 2015 foram pagos pelo FIES às instituições de ensino R\$ 37 bilhões, ao passo que as receitas com amortizações e juros ficaram próximas de R\$ 1,1 bilhão. Só em 2014, o Tesouro teve de transferir R\$ 14 bilhões para o FIES, o equivalente a meio Bolsa Família. E

estima-se que, apenas para que sejam mantidos os financiamentos estudantis já assinados até dezembro de 2015, serão necessários R\$ 55,4 bilhões até 2020.

Desde o semestre passado, técnicos do Ministério da Educação se dedicam a tentar encontrar formas para reequilibrar o programa iniciado por Lula. Nesse esforço, descobriram que a taxa de inadimplência é mais do dobro da inicialmente estimada pelas empresas do setor.

No fim de novembro, o Tribunal de Contas da União concluiu fiscalização para avaliar a sustentabilidade do FIES, bem como sua eficácia e as vulnerabilidades dos seus processos. O órgão constatou graves riscos decorrentes da ausência de gestão planejada e transparente, com deficiências de concepção, execução e acompanhamento da expansão do programa. Desvios não foram corrigidos, acarretando perspectiva de insustentabilidade.

Segundo o TCU, houve extração do limite máximo estipulado no Estatuto do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo, que implicaram a ineficácia do programa em contribuir para a política educacional. Apesar disso, a ação do governo não foi precedida de estudos, projeções, notas técnicas, pareceres ou outros instrumentos que mostrassem sua viabilidade, sobretudo no que se refere aos impactos fiscais advindos desse acelerado crescimento.

O relatório da fiscalização da ministra Ana Arraes mostra que essa escalada de irresponsabilidade só foi contida em 2015, com adoção de regras mais restritivas e cortes na oferta de vagas.

Apesar de ter garantido acesso a mais de 2 milhões de brasileiros ao ensino universitário, o FIES se mostrou, pois, um programa mal elaborado, sem supervisão e inclinado a polêmicas. Graças ao programa, as empresas do setor viram os seus valores de mercado dispararem. Passada a fase de fartura com recursos públicos, que começou com as restrições feitas pelo governo em 2015, elas agora lutam para se adaptar à realidade.

Está na hora desta Casa se debruçar sobre tema tão relevante e dar uma resposta ao cidadão. Neste sentido, estou apresentando o presente requerimento audiência pública conjunta nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, Cultura e Esporte. Temos de passar essa história a limpo. Há muitas controvérsias envolvidas e a verdade precisa emergir.

A pergunta a se fazer é: Qual era o real objetivo do FIES? Era mesmo o de ampliar a porta de acesso de brasileiros ao ensino superior ou ser apenas para resolver o desequilíbrio financeiro de empresas de educação?

Parece que o interesse escuso, de produzir números artificiais de empenho numa determinada ação de verniz social, ficaram acima do bom senso e da responsabilidade. É o Estado brasileiro a serviço de projeto eleitoral que já se sabia não ser sustentável.

O Congresso Nacional tem a missão de abrir essa caixa-preta e apurar os reais danos já produzidos e as consequências futuras, em respeito ao contribuinte e aos estudantes. Diante disso, peço o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**